

# Ao aborto, diga não!

Não impeças a manifestação da vontade divina que se dignou premiar-te, oferecendo a guarida de um entezinho que, se hoje pede carinho e amizade, compreensão e socorro, amanhã te recompensará por todo o bem que fizeres. Não, o aborto não é solução, antes a complicação! – *Josiel*



## Roosevelt Sampaio

[...]

Três são os argumentos mais fortes que, a cada dia, buscam o convencimento de todos os setores da nossa sociedade: o argumento feminista, que se baseia no direito da mulher de dispor livremente do seu corpo; o argumento eugênico, que defende a possibilidade de se evitar o nascimento de bebês portadores de deficiências físicas e/ou psíquicas; e o argumento legal, que reconhece o direito do aborto diante de uma gravidez proveniente de estupro.

Não se põe em questão o direito de a mulher dispor de seu corpo. Ela possui o livre-arbítrio que lhe permitirá, ou não, praticar voluntariamente, com quem ama, o ato sexual. O que a mulher não pode, porém, é ignorar as consequências que daí poderão advir, isto é, a possibilidade de engravidar. A gravidez é, assim, *consequência de um ato livre*.

A Doutrina Espírita nos mostra que o nascimento de bebês

portadores de deficiências representa, tanto para o ser que reencarna quanto para os pais, oportunidade de redenção e progresso, oferecida por Deus. [...]

No caso da gravidez como resultado de um ato violento, a expulsão do feto não irá apagar, na mãe, as marcas da violência sofrida. [...]

[...]

Num trabalho de pura reflexão, e com base nos estudos doutrinários, vamos procurar levantar alguns porquês.

### Por que não ao aborto?

- *Porque o aborto é um verdadeiro infanticídio* que se abriga nas malhas do materialismo e dos interesses inconfessáveis.
- *Porque devemos lembrar que todo filho é um empréstimo sagrado* que, como tal, precisa ser valorizado, trabalhado através do amor e da devoção dos pais, para

posteriormente ser devolvido ao Pai Celestial em condição mais elevada. [...]

- *Porque a mulher não é dona da vida que deixou fosse gerada em seu ventre.* [...] Buscando exterminar a vida que se forma dentro de seu ventre a mulher estará não só negando o direito à vida de um outro ser, impedindo-o de mais uma oportunidade de evolução, como também contribuindo para lesar o próprio corpo, e sobre o qual tem plena responsabilidade. [...]
- *Porque o aborto é uma desencarnação violenta.* A partir do momento em que o óvulo, fecundado por um espermatozoide, se transforma num embrião verifica-se sua ligação com um Espírito reencarnante que vem habitar o ventre materno, onde, por cerca de nove



de uma aceitação jamais vividas pelos nossos antecessores. O Estado também evoluiu e passou a contar com novas formas de parcerias com o terceiro setor para a consecução de suas metas de governo, como os contratos de gestão e os termos de parceria.

Muitas sociedades espíritas, hoje, mantêm creches, por exemplo, com o apoio financeiro das prefeituras, recebem subvenções, celebram convênios e passaram a aceitar doações da iniciativa privada, realizando ações de cunho social com a competência adquirida pela própria experiência, tornando-se, assim, parceiras ideais para que aquelas possam implementar políticas de responsabilidade social.

Essas transformações trazem novos desafios ao Movimento Espírita. Se antes os recursos eram limitados e oriundos da própria Casa Espírita, que era geralmente uma instituição de pequeno porte, onde as pessoas se conheciam bem umas às outras e as ações da direção eram acompanhadas sem a necessidade de um aparato regulador mais rigoroso, hoje, porém, com a abertura para a sociedade como um todo, os cuidados com as contas e a imagem da organização devem ser redobrados.

Quando um ator social externo a uma associação espírita

resolve auxiliar financeiramente ou ser parceiro em uma obra social, a primeira questão que passa pela cabeça dele é a seguinte: “Será que o dinheiro que estou repassando vai ser utilizado para o fim que desejo?”

Se a organização espírita opta por parcerias, não pode restar dúvida de que o acordo está sendo cumprido, que a finalidade do recurso aportado é a meta pactuada. Nesse momento, a reputação da Casa Espírita é crítica para a manutenção de parcerias.

### **Ações que preservam a reputação**

Parece-me fundamental que a instituição da não remuneração dos dirigentes espíritas seja mantida, mesmo que a organização não tenha pleiteado os certificados do poder público que atestam a Utilidade Pública em qualquer uma das esferas de Estado (município, estado ou federação). Esses dirigentes precisam evitar não apenas o recebimento de qualquer valor financeiro, como também qualquer vantagem pessoal que possa surgir do cotidiano das atividades espíritas.

Se as atividades tornaram-se grandes o suficiente para necessitarem de gestão profissional, os gestores contratados e empregados devem ficar sob a hierarquia das casas espíritas, tendo suas ações acompanhadas de

perto pela direção. Delegam-se tarefas, não responsabilidades.

Outro ponto importante é a distinção clara entre o pessoal contratado e o pessoal voluntário. Os voluntários devem assinar os termos do serviço voluntário, para que a Sociedade Espírita não fique vulnerável a processos trabalhistas. A lei que exige este cuidado é relativamente recente (Lei 9.608/1998), havendo muitas organizações espíritas que, embora ainda a desconheçam, estão todavia sujeitas a ela.

Já visitei duas grandes instituições espíritas nas quais o diretor-presidente necessita de uma sala, ou pelo menos de uma estrutura de escritório, porque está presente diariamente, tal o montante da documentação a ser examinada e das decisões a serem tomadas. Estes cargos acabam sendo ocupados por pessoas já aposentadas, com grande experiência e boa formação, bem como disponibilidade de horário para o cumprimento de seu papel na organização. Estes espaços não são símbolos de poder, mas de trabalho.

### **Transparência**

Neste novo cenário, as campanhas de arrecadação de recursos devem ser transparentes. Uma vez concluídas, é necessário divulgar quanto dinheiro ou gêneros foram arrecadados e para onde foram destinados.

Os associados, membros contribuintes da Organização Espírita, devem ter pleno acesso às receitas e despesas efetuadas. Mesmo que não leiam, os informes precisam estar disponíveis, para que não haja qualquer dúvida quanto à integridade da gestão. Há dirigentes que temem que os doadores, ao ver o montante de recursos, pensem que não é mais necessário auxiliar financeiramente. Por isso, é importante que tenham noção do montante das despesas e da destinação dos recursos. Os doadores não podem participar porque o centro “é pobre” ou “precisa”. Esse é o princípio da esmola. Eles devem desejar se tornar parceiros de uma obra importante, de impacto social, moral e espiritual.

### **Controles financeiros para prestação de contas**

Por mais irritantes que sejam, os recibos, cópias de cheques emitidos e outros dispositivos de prestação de contas e controle financeiro, devem ser observados e valorizados, evitando-se qualquer dúvida quanto à destinação de recursos. Os empregados e voluntários precisam ser esclarecidos a respeito dessa política de gestão para que saibam como fazer suas ações e não fiquem se queixando de fazer o que é certo.

Se houver parceiros externos, como prefeitura ou empresas, é

melhor que as contas do Centro Espírita sejam auditadas por organização independente e proba. Elas associam sua reputação à da gestão financeira e à do conselho fiscal da Casa Espírita, assegurando a correta destinação de recursos e ampliando a confiança dos membros da assembleia para a aprovação das contas da organização.

A prestação de contas aos órgãos públicos pode ser tão complexa que são dados cursos e conferências, mesmo a contadores profissionais, com o objetivo de ensinar como fazer a prestação de contas. A Sociedade Espírita deve não apenas participar, como divulgar a qualificação profissional das pessoas ligadas à gestão financeira da obra social: do assistente administrativo ao diretor.

### **Controladoria financeira das organizações espíritas**

Se os recursos são vultosos e de difícil contabilidade, os diretores, presidente e financeiro (ou tesoureiro) devem reunir-se regularmente para reavaliar os números e assegurar que tudo esteja bem calculado e documentado. O acúmulo de operações não verificadas torna mais difícil a identificação de problemas e irregularidades. Mesmo nas casas pequenas, os pagamentos devem ser acompanhados por, pelo menos, dois

diretores, para que nenhum diretor isolado possa ser acusado de malversação de recursos.

As obrigações tributárias e previdenciárias, se houver, precisam estar em dia. Os prestadores de serviço devem fornecer recibos de seu trabalho e o gestor deve cuidar para evitar que a continuidade de prestação de serviços de pessoas físicas gere o direito ao pleito do vínculo trabalhista.

### **Decisões de criação de atividades**

Vivemos em uma sociedade cheia de regras, tributos, obrigações e baseada em documentos. Quanto mais a associação espírita cresce, mais fica dependente de uma estrutura que seja capaz de lidar com esta complexidade. Por esta razão, é fundamental avaliar bem antes de decidir criar grandes instituições ou obras que causam despesas continuadas e vultosas.

Cada vez mais as ações sociais são reguladas, fiscalizadas e têm um grau de exigência maior para serem realizadas. Se o grupo de trabalhadores da Casa não tem como atender às exigências mínimas para manter serviços de qualidade, melhor será que a Casa seja pequena, simples, mas efetiva. O serviço aparece quando o trabalhador (ou a equipe de trabalhadores) está pronto e não o contrário.